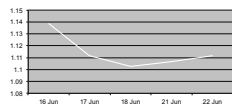


**MERCADOS****EURODÓLAR (29.06) 1,1112****-1,58%** Var. Semana**2,35%** Var. 2014**Euro/Libra 29/Jun.....0,8226**

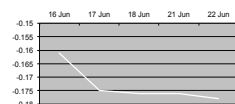
Var Sem .....-0,56%

Var 2014 .....2,97%

**Euro/lene 29/Jun.. 114,1010**

Var Sem .....-0,66%

Var 2014 .....15,64%

**EURIBOR 6M (29.06)-0,1780****-0,017%** Var. Semana**-1,402%** Var. 2014**Euribor 3M 29/Jun... -0,2820**

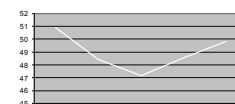
Var Abs Sem .....-0,013

Var 2014 .....-1,283

**Euribor 1Y 29/Jun....-0,0510**

Var Abs Sem .....-0,030

Var 2014 .....-1,555

**PETRÓLEO BRENT (29.06) 49,85****-0,06%** Var. Semana**33,72%** Var. 2014**Ouro 29/Jun .....1325,91**

Var Sem .....4,70%

Var 2014 .....24,91%

**Prata 29/Jun.....18,38**

Var Sem .....6,46%

Var 2014 .....32,60%

COLABORAÇÃO: BANCO POPULAR

# Crédito Agrícola e ANDC com parceria no microcrédito

AQUILES PINTO  
aquilespinto@vidaeconomica.pt

O Crédito Agrícola e a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) assinaram, na quarta-feira (dia 29), um protocolo. Este acordo visa criar condições para o acesso ao microcrédito por parte de quem deseja iniciar um pequeno negócio, uma microempresa ou criar o seu próprio emprego, mas que não reúne as condições de acesso ao crédito bancário comercial.

Este microcrédito está, segundo as duas entidades, isento de comissões bancárias e não exige garantias reais, tem um montante de financiamento disponível entre mil e 15 mil euros e tem como limite 100% do valor do investimento. O prazo total máximo é de até 60 meses, incluindo um período inicial de carência de até três meses. Os microempresários financiados contam com apoio técnico gratuito da ANDC desde a preparação do plano de negócios até ao reembolso total do financiamento.

“Pensado para apoiar projetos de natureza económica de pequena dimensão, este financiamento é destinado a cidadãos com dificuldades económicas ou necessidades de integração ou valorização social, designadamente em situação de desemprego ou sem emprego e sem capacidade para recorrer a crédito bancário de tipo convencional, e que não dispõem de garantias reais,

**“O protocolo é o resultado desse entrelaçar da preocupação da ANDC e Crédito Agrícola em assumirem de forma ativa e positiva o combate à exclusão social e económica”**

mas com capacidade ativa para criar e/ou promover pequenos negócios e o seu próprio emprego ou atividade comercial”, refere o comunicado de imprensa da ANDC. Todos os projetos financiados pelo Crédito Agrícola serão previamente sujeitos a análise e parecer favorável da ANDC.

## Parceria desde 2012

Este protocolo tem, segundo adiantou à “Vida Económica” o secretário-geral da ANDC, José Centeio, origens há quatro anos. “A experiência bem-sucedida, iniciada em novembro de 2012 com a Caixa do Noroeste, com várias Caixas de Crédito Agrícola locais evidenciou a necessidade,



O protocolo possibilita o acesso ao crédito a mais pessoas.

sentida por ambas as partes, de alargar a outras caixas”, indica. “O protocolo agora assinado é, de certo modo, o resultado desse entrelaçar de vontades e da preocupação, tanto da ANDC como do Crédito Agrícola, em assumirem de forma ativa e positiva o combate à exclusão social e económica nos diversos territórios através do apoio à criação de micronegócios”, acrescenta José Centeio.

“Síntetizando, dir-se-á que o protocolo com o Crédito Agrícola é a interligação

perfeita entre o know-how e experiência da ANDC no trabalho com públicos vulneráveis e montagem de projetos de microcrédito e o conhecimento que as Caixas Agrícolas têm dos territórios, das suas populações e necessidades em termos de apoio. Desta colaboração espera-se que vá ao encontro das expectativas das populações e responda às necessidades que porventura são as suas em termos de mercado de trabalho”, salienta o secretário-geral da ANDC.



**VANESSA RODRIGUES OLIVEIRA**  
Consultora da XTB

## “Brexit”: uma União Europeia a 27

O dia 24 de Junho foi marcado como o dia em que o Reino Unido disse não, 51,9% dos britânicos chocaram a Europa quando votaram a favor do “Brexit” no referendo realizado a 23 de Junho e, nos próximos meses, será negociado entre os britânicos e a Comunidade Europeia um acordo desta saída. É sabido que o “Brexit” irá afectar a economia britânica e a política de imigração, assim como a economia europeia, uma vez que a Grã-Bretanha tinha um peso de 15% do produto interno bruto no bloco dos 28, no entanto, poderá levar anos até termos conhecimento da totalidade das consequências.

Na passada terça-feira, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução que pede ao Reino Unido o início formal das negociações para a saída da União Europeia, através da activação do artigo 50.º do Tratado de Lisboa. De acordo com o Tratado, um Estado-membro que decida retirar-se deverá notificar o Conselho Europeu, o qual prevê um prazo de dois

anos para a negociação desta saída. Sendo assim, o Reino Unido terá esse prazo para negociar um novo tratado para substituir os termos de adesão à UE. No melhor cenário, os britânicos poderão negociar o acesso ao mercado único europeu, não diferenciando do que tem actualmente. Com a demissão de David Cameron, Primeiro-Ministro do Reino Unido e a favor do ‘Brexit’ (permanência do Reino Unido na União Europeia), poderão diminuir as perspectivas de uma negociação de um acordo favorável entre a UE-27 e os britânicos, uma vez que a Comunidade Europeia poderá ser mais severa nas negociações com a intenção de desencorajar outros Estados-membros a deixar a União Europeia. Caso este cenário aconteça, o Reino Unido poderá não aceitar as restrições impostas para o acesso ao mercado único europeu, sendo a economia britânica severamente castigada a longo prazo.

Para além das preocupações em torno

**Apesar de o processo desta saída poder levar anos, a volatilidade instalada nos mercados reflecte as preocupações e o pessimismo decorrentes da incerteza que paira sobre a União Europeia**

das restrições ao acesso ao mercado único europeu, são também preocupantes as restrições quanto à livre circulação de pessoas entre os países membros da UE. Actualmente, 1,2 milhões de britânicos residem em outros países da UE e três milhões de cidadãos da UE residem no Reino Unido. Caso sejam impostas restrições à livre circulação de pessoas, para além da burocracia imposta para residir no país, os imigrantes poderão perder os

direitos de residir e trabalhar no Reino Unido.

Antes do referendo, os mercados estavam confiantes quanto à permanência da Grã-Bretanha na União Europeia, tendo o mercado americano fechado em terreno positivo na sessão anterior ao “Brexit”. No entanto, após os britânicos trocarem as voltas, a bolsa mundial foi severamente castigada, com principal destaque para a libra esterlina, que desvalorizou face ao dólar americano para mínimos inferiores a 1985. Por cá o Índice Português afundou para mínimos de 20 anos, seguindo a tendência dos restantes índices europeus. Apesar de o processo desta saída poder levar anos, a volatilidade instalada nos mercados reflecte as preocupações e o pessimismo decorrentes da incerteza que paira sobre a União Europeia derivado às consequências do “Brexit” nos meses que se seguem.

**POR INDICAÇÃO DO AUTOR, ESTE ARTIGO NÃO SEGUE AINDA O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO**